

**Grandes periferias e a centralidade periférica: consumo, economia urbana e vida de relações.**

Daniel Pereira Rosa<sup>1</sup>

SME-RJ

SME-PMDC

E-mail:danielrosa@usp.br

RESUMO

Atualmente, uma das características da urbanização brasileira em regiões metropolitanas que merece destaque é a consolidação de centralidades para além do núcleo metropolitano. Estas – às quais chamamos centralidades periféricas – são caracterizadas pela instalação de equipamentos de consumo que tem se expandido nos últimos 20 anos. Cabe então salientar a relação entre centralidade, consumo e a vida de relações destas cidades. A premissa aqui apresentada é de que a oferta de bens e serviços tem condicionado a consolidação de centralidades fora do núcleo metropolitano e, é neste sentido, que pensar este processo nos compele a analisar as centralidades não apenas como um conjunto de fixos na cidade, mas principalmente como elementos da economia urbana que fazem a ligação entre a circulação, centralidade e a vida de relações nas grandes periferias. Para tal, tomar-se-á como exemplo a cidade de São Gonçalo – RJ.

Palavras-chave: Centralidades periféricas, economia urbana, consumo.

GT – “4”: Economia urbana, trabalho, comércio e consumo.

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Professor do ensino básico da rede municipal da cidade do Rio de Janeiro.

Professor do ensino básico da rede municipal da cidade de Duque de Caxias.

## 1. INTRODUÇÃO

A centralidade que as finanças alcançaram na reprodução do capital pelo mundo não pode ser encarada como uma novidade. Como mostrado por Harvey (2005), de fato, desde os anos 1970 e com mais intensidade no início deste século, o capital financeiro assume o controle do modo de produção, superando o capital produtivo-industrial graças, aos avanços técnicos que aumentam sua seletividade e poder de circulação mesmo em países considerados periféricos.

No caso das cidades, o destaque neste caso, se dá pela maior capilaridade das finanças (CONTEL, 2006) no espaço urbano, não apenas em áreas de maior densidade técnica – reconhecidamente os núcleos metropolitanos –, mas também em cidades periféricas que na medida que se modernizam, ou seja, recebem acréscimos de ciência e técnica (SANTOS E SILVEIRA, 2001), criando novas interações entre consumo, trabalho e circulação.

Usando como exemplo a periferia metropolitana do Rio de Janeiro, desde os anos 2000, a instalação de equipamentos de consumo, bem como a ampliação de redes de comunicação aceleraram a circulação de bens, mercadorias e possibilitaram formas de trabalho e consumo que outrora só eram identificadas no núcleo metropolitano.

Observando a instalação de fixos e como o consumo condiciona também os fluxos, percebe-se a relação destes com circulação de pessoas e mercadorias também na formação de centralidades. No que tange às grandes periferias (ROSA, 2018), a oferta de bens e serviços é fortemente condicionada pelo tamanho da aglomeração urbana. Conforme salientado por Montenegro (2011, p.13), “cidades mais populosas correspondem a mercados maiores e mais extensos, assim como a uma segmentação da economia urbana mais complexa, onde múltiplas divisões do trabalho coexistem em um meio construído fragmentado e, ao mesmo tempo, integrado”. Admite-se então que nestes espaços de grande circulação, o elevado volume de pessoas que se deslocam e acessam modais de transporte oferecem uma localização potencialmente privilegiada, não apenas para estabelecimentos comerciais, mas também para trabalhadores informais de todo o tipo; trabalhadores estes que nas ruas de comércio popular ou pontos de embarque e desembarque de transporte posicionam-se na esperança de trocar seus produtos diversos por algum valor monetário que lhes garanta a manutenção de condições mínimas e sabidamente precárias de sobrevivência.

A premissa deste trabalho é de que em grandes aglomerações periféricas atuais as expansões das redes técnicas geram formas de consumo que intensificam a ligação entre os dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 1979), operando no bojo do avanço dos objetos técnicos sobre o território citadino, a intensificação da vida de relações da cidade. Trata-se este de um dos elementos que compõem o quadro de esgarçamento do tecido urbano de uma área metropolitana de configuração cada vez mais policêntrica (SOBRAL, 2012).

Se por um lado o consumo é parte da vida de relações da cidade, a centralidade gerada por esta atividade é um elemento basilar da heterogeneidade no interior destas grandes aglomerações, conforme foi verificado ao estudar as centralidades periféricas e seus impactos na divisão territorial do trabalho no contexto da metrópole fluminense.

Como nos lembra Carlos (1999, p. 66), “os momentos de produção do espaço geram centralidades diferenciadas em função do comércio, dos serviços e do lazer” e é nesse sentido que a convergência entre circulação, consumo e redes técnicas é um processo de cunho espacial que chama atenção para a consolidação de centralidades fora do núcleo metropolitano, como tem mostrado Lago (2008 e 2010), Sobral (2012) e Rosa (2018).

Há elementos empíricos que nos permitem ultrapassar a noção de periferia enquanto um espaço homogêneo, cuja vida de relações é exclusivamente dependente de um núcleo urbano mais dinâmico. A instalação de equipamentos de consumo e sobretudo os fluxos pendulares, indicam que grandes cidades periféricas como Duque de Caxias, Nova Iguaçu e também São Gonçalo experimentam maior retenção de mão-de-obra local e recebem fluxos intrametropolitanos também entre cidades periféricas, atestando sua diferenciação interna e seu destaque também como local de trabalho.

Tem-se dedicado atenção ao aumento da heterogeneidade destas grandes periferias, que são estigmatizadas como “dormitório” quando comparadas ao seu núcleo, mas detém uma vida de relações destacada quando confrontadas com o universo de 5570 cidades brasileiras. No conjunto da rede urbana, estas grandes aglomerações ou arranjos populacionais (IBGE, 2015), são mais exceção do que regra, embora assumam um padrão de reprodução que é constitutivo dos modos de apropriação urbana exercidos pelo capital. Trata-se aqui, das diferenciações no conjunto metropolitano e também na dinâmica urbana de cada cidade, uma vez que estas grandes periferias também são formas-conteúdo que reproduzem a desigualdade socioespacial que se busca compreender e debelar.

É fato que a “acessibilidade aos diferentes serviços varia em função das rendas de cada grupo social” (SANTOS, 2007, p. 220), mas esta acessibilidade não é restrita aos serviços, sendo extensível também à mobilidade e ao consumo. Decorre disto a necessidade de entender estes elementos evitando analisá-los de forma unidirecional. Como nos exorta Silveira, “[...] la ciudad nos es solamente una suma de partes, ni solamente un sistema de objetos, sino ele conjunto de la base material y de la vida que la anima” (2004, p. 02). Isto justifica a busca por modelos teóricos que permitam fugir de rótulos totalizantes dedicados a cidades periféricas e, concomitantemente, perceber a cidade não apenas a partir de dados estáticos, mas principalmente a partir do movimento da sociedade, que é de fato o elemento da vida urbana que permeia as relações de circulação, trabalho e consumo.

## **OBJETIVO**

O objetivo do trabalho é mostrar a heterogeneidade da periferia metropolitana que se consolida como centralidade, a partir das relações de consumo, mediadas pelos elementos dos circuitos da economia urbana.

O texto está estruturado em três blocos que tratam, respectivamente; da economia urbana como elemento teórico central da análise proposta; da centralidade como um dado da realidade da

periferia metropolitana e do consumo como elemento que opera a ligação entre centralidade e circulação em uma grande aglomeração urbana.

Conforme Ribeiro (2011, p. 24) nos lembra, a respeito das desigualdades urbanas, “no presente é particularmente difícil trabalhar com conceitos, já que estes se encontram pressionados pela ampliação incessante do número de objetos e pela instabilidade social, aí incluídas as fraturas de sociabilidade”. Deste modo, busca-se captar uma característica da urbanização do tempo presente, mas ciente da velocidade impingida ao espaço urbano, o que justifica a escolha de conceitos e categorias deste texto, visto que se apresenta um tema que busca compreender a dinâmica urbana. Mas ao pensá-lo a partir de características estruturantes da urbanização, não ficamos reféns das rápidas transformações socioespaciais que decorrem das esferas política e econômica no contexto regional e nacional.

Além deste caminho teórico, a pesquisa documental, os dados empíricos e trabalhos de campo compõem a narrativa da reflexão aqui proposta e foram compiladas a partir de elementos analisados durante quatro anos para a construção de pesquisa de doutorado.

Quanto à justificativa, intenta-se contemplar uma reflexão que chame atenção para a heterogeneidade socioespacial das grandes aglomerações periféricas fugindo de abordagens urbanas tradicionais que analisam a região metropolitana apenas a partir de relações hierárquicas de dependência, ou como cita Alain Reynaud, a partir de uma relação centro-periferia dicotômica baseada em uma periferia “au service du centre” (REYNAUD, 1981, p. 64).

## **2. ECONOMIA URBANA E GRANDES PERIFERIAS**

David Weinberger (2007) discute os problemas da organização do conhecimento a partir da era digital. O autor exemplifica a necessidade de reaprendermos a compilar nossas coleções, comparando as limitações da classificação de livros em grandes bibliotecas como a organização algorítmica que permite que o Amazon consiga ofertar livros em combinações totalmente personalizadas com para cada usuário entre as centenas de milhares de itens no seu acervo. O cerne do debate aqui é o cuidado não apenas com o tratamento de dados, mas como deve-se estar atento ao uso das poderosas ferramentas disponíveis na coleta e processamento de informações que levariam a lugar algum, caso o pesquisador não desenvolvesse a habilidade de filtrar entre combinações quase infinitas, aquelas informações que lhe são necessárias para cada estudo.

Isto significa lembrar que a curadoria de conteúdo é tão ou mais importante atualmente do que a classificação de dados de forma catalogada. Ao longo do tempo – e nossa jornada com a Geografia é um exemplo –, softwares que calculam grandes volumes de dados, compilam estatísticas ou produzem representações cartográficas trazem em si a dificuldade de acurar e trazer para as pesquisas aquilo que é estritamente necessário. Vale citar um exemplo capital trazido da experiência de pesquisa: no início dos anos 2000 muitos dados a respeito da economia das cidades de São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, por exemplo, eram de difícil acesso a um estudante de graduação com recursos limitados no tocante à concepção de pesquisa e claro, mobilidade de deslocamentos. A digitalização das edições da Revista Brasileira de Geografia

possibilitou o acesso a centenas de artigos, que foram transformados em dezenas de tabelas, e que permitiram o desenvolvimento de outros textos além da tese de doutoramento.

Convém explicar como esta questão dialoga com a economia urbana. Há um discurso hegemônico, assimilado por atores sociais e agentes políticos e corroborado pelas mídias de imprensa, de que todos os problemas urbanos são decorrentes de questões econômicas. De fato, aferições que nos mostrem a hierarquia urbana, a divisão territorial do trabalho e a distribuição de fluxos e fixos na área metropolitana nos são extremamente caras, sobretudo para mostrar as mudanças em cidades periféricas de passado industrial que tornam-se cada vez mais terciárias. Mas é Milton Santos que nos oferece um aprofundamento nas possibilidades de análise ao lembrar que “ [...] não resta dúvida que é melhor abandonar completamente a preocupação de encontrar fórmulas numéricas simplistas” (2008, p. 182).

Nesse sentido, refletimos sobre as dificuldades do pesquisador em selecionar dados diante de um grande volume disponível atualmente, ao mesmo tempo em que estes números indicam hierarquias, subordinações, mas não necessariamente a vida de relações da cidade. Como a ideia é ratificar a heterogeneidade interna destas grandes cidades periféricas, a economia urbana através da teoria dos circuitos (SANTOS, 1979) oferece um profícuo balizamento do movimento da cidade, transformando a divisão do trabalho não apenas em números, mas principalmente, em indivíduos que vivem a cidade para além das atividades cotidianas de trabalho e estudo.

A respeito da teoria dos circuitos da economia urbana, pensar em como a vida urbana se reproduz e é impactada pelos setores mais dinâmicos e modernos da acumulação do capital bem como nas formas de apropriação do espaço a partir dos objetos técnicos (SANTOS, 1996), nos permite “reconocer dos circuitos de producción y consumo en la economía urbana que, lejos de componer una dualidade, se definen por su existencia unitaria y por su oposición dialéctica” (SILVEIRA, 2016, p. 13).

Como nos explica Maria Laura Silveira, estes dois circuitos são

[...] definidos por sus diferentes grados de capital, tecnología y organización, los circuitos de la economía urbana son también movimiento, gracias a las sucesivas modernizaciones que acompañan la implantación de una nueva división territorial del trabajo hegemónica. (SILVEIRA, 2016, p. 14).

Deste modo, “cuando los grados de tecnología, capital y organización son altos, reconocemos un circuito superior que también posee una porción marginal y, cuando son bajos, es del circuito inferior que estamos hablando” (SILVEIRA, 2016, p. 14). O destaque neste caso é que o circuito superior tem sido mais comumente associado a uma exclusividade dos núcleos metropolitanos, sendo relegado à periferia o papel de lócus da reprodução do circuito inferior, quando de fato o que tem ocorrido é uma maior interação entre os dois circuitos, sobretudo no que se refere às atividades de consumo.

Conforme mostrado anteriormente (ROSA, 2018), há um reposicionamento qualitativo na instalação de fixos urbanos na periferia. Tanto em São Gonçalo, como em Duque de Caxias e Nova Iguaçu, a expansão da rede bancária – sobretudo após os anos 2000 – e a chegada de agências ‘prime’, apontam para a heterogeneidade social destas cidades anteriormente classificadas como lócus de pobreza homogênea ou de uma mão-de-obra que vive em função dos empregos do núcleo metropolitano.

Além disto, as redes técnicas (sobretudo a de telecomunicações) e a consequente ampliação do acesso à banda larga, bem como a melhoria das velocidades de navegação, criam novas estratégias de consumo, ampliam a percepção da periferia também como lugar de trabalho e fazem aportar nestas grandes periferias, elementos outrora só encontrados nos núcleos das grandes metrópoles como, por exemplo, shopping centers.

No limite da análise, é bastante relevante captar através do consumo, da circulação, da instalação de fixos e da intensificação de fluxos, a dinâmica da vida de relações de grandes aglomerações periféricas. Fazê-lo através dos circuitos da economia urbana nos permite ultrapassar o purismo da subordinação do espaço urbano aos movimentos da economia, como se os números fossem capazes de captar a vida cotidiana de milhões de pessoas que trabalham, estudam e consomem nestas aglomerações.

Na medida que a economia urbana se torna mais complexa, a própria divisão do trabalho também o faz, já que as interações urbanas são mediadas pela vida de relações ao mesmo tempo em que consolidam centralidades também na periferia, na medida que estas assumem também um papel de local de trabalho, estudo e de consumo de mercadorias e serviços.

### **3. A CENTRALIDADE PERIFÉRICA**

Balizada pela teoria das localidades centrais (CHRISTALLER, 1933), a centralidade urbana (CASTELLS, 1983) refere-se à disposição dos fixos na cidade e como a oferta de bens e serviços influencia na hierarquia regional. O conceito permite a operacionalização de pesquisas que estabelecem hierarquias ou ranqueamentos de áreas de influência nas áreas urbanas, como houvera sido apontado por exemplo nos estudos de áreas de influência das cidades (IBGE, 1993) e (IBGE, 2007).

Como nos lembra Sandra Lencioni, “a construção de conceitos é um exercício do pensamento sobre o real e esse real existe independentemente de pensarmos sobre ele ou de termos conceitos acerca dos objetos do real (2008, p. 110)”. No caso das localidades centrais é a possibilidade de catalogação e classificação a partir de critérios de contagem e identificação que confere a esta teoria a possibilidade de perceber as relações hierárquicas, não sendo diferente do caso da rede urbana brasileira, excessivamente concentrada em torno de uma grande metrópole.

No entanto, como visto em Rosa (2018) a respeito dos estudos de influência das cidades, a simples catalogação de bens e serviços pode gerar distorções, dando a entender a partir da distribuição quantitativa de fixos geográficos, que as periferias em áreas metropolitanas não possuíam centralidades relevantes, o que reforçava a ideia de relação centro dinâmico versus periferia dependente<sup>2</sup>. Milton Santos chamou atenção para este equívoco sobre o tratamento dado à rede urbana a partir das localidades centrais. Em suas palavras:

[...] sistematizaram a análise das relações entre as diferentes aglomerações da rede urbana e apresentaram a imagem de relatos simples de subordinação sucessiva, imagem muito militar [...] expressa por organogramas em forma de sistema planetário, associando, em relações de dependência hierarquizada, astros, planetas e satélites. (2008, p. 161).

Principalmente no caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, polarizada por uma antiga capital federal e pela ex- capital estadual distantes apenas 13 quilômetros entre si, criou-se a ideia de que as cidades do entorno possuíam uma vida de relações dependente do núcleo metropolitano. A noção vigente desde os anos 1970 era de que esta região metropolitana se estruturava a partir de um núcleo dinâmico circundado por cidades-dormitório, onde o movimento pendular por motivos de trabalho e estudo e a ausência de centralidade seriam provas de uma estrutura metropolitana que esvaziava a vida de relações das cidades periféricas, resumindo-as à função residencial.

Não é o objetivo deste texto, mas somos compelidos a esboçar as transformações materiais desta configuração espacial. Em primeiro, as grandes periferias, aqui representadas por São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, experimentaram um destacado passado industrial. No caso de São Gonçalo, guardadas as devidas proporções, sua relevância como polo industrial até os anos 1960 lhe reservavam a referência de Manchester Fluminense (PALMIER, 1940). O caso de suas indústrias a partir dos anos 1960 e 1970 gerou a noção de que a cidade seria um grande espaço reservatório de mão-de-obra de baixa qualificação, cujo acesso aos centros dinâmicos da área metropolitana seria a grande explicação para a posição da cidade na divisão territorial do trabalho.

Cabe então salientar que esta noção é simplificadora, pois o que ocorre a partir deste período é a transição de uma antiga e importante cidade industrial para uma cidade que se torna uma periferia de serviços. Paul Singer (1979) havia identificado esta tendência geral, ao afirmar que é o complexo de serviços, e não a indústria, que organiza as aglomerações urbanas, tendência explicada segundo ele, pela organização espacial das atividades terciárias que intensificam a concentração. Neste caso, o fortalecimento das atividades terciárias é um dado empírico deste reposicionamento destas periferias na divisão do trabalho.

---

<sup>2</sup> A exemplo do estudo de Região de influência das cidades (IBGE, 1972) cuja hierarquia dimensionou grandes cidades à época (Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo), como meras subordinações ao núcleo metropolitano sem considerar o seu papel regional.

Tabela 1: Produto interno bruto a preços correntes/ por setores (anos selecionados)

<b>Ano 2000</b>			
	São Gonçalo	Duque de Caxias	Nova Iguaçu
Agropecuária	13.627	4.160	4.618
Indústria	617.799	2.512.258	520.717
Serviços	3.227.186	4.966.222	3.208.780
<b>Ano 2006</b>			
	São Gonçalo	Duque de Caxias	Nova Iguaçu
Agropecuária	24.295	6.446	7.813
Indústria	8.748.514	8.216.554	816.671
Serviços	5.489.720	11.687.526	4.877.275
<b>Ano 2012</b>			
	São Gonçalo	Duque de Caxias	Nova Iguaçu
Agropecuária	26.541	7.629	7.423
Indústria	1.622.941	6.473.107	1.323.671
Serviços	9.545.165	17.202.567	8.305.676
<b>Ano 2016</b>			
	São Gonçalo	Duque de Caxias	Nova Iguaçu
Agropecuária	54.452	13.548	7.996
Indústria	1.906.735	10.649.907	1.627.216
Serviços	13.777.463	24.296.148	13.404.045

Fonte: IBGE. Organizado pelo autor.

A tabela mostra que no início do século atual, estas populosas periferias já haviam se consolidado como cidades cuja principal atividade são as terciárias—o que é explicado, em parte, por sua característica como grandes aglomerações. Neste caso, o que precisava-se investigar era como estes serviços promoviam interações entre outros municípios, conduzindo também à consolidação de centralidades urbanas, ou neste caso, centralidades periféricas como definidos por Tavares (2013) e Santos e Júnior (2009); trabalhos estes que trouxeram o termo como resposta aos padrões centro-periferia que ignoram as centralidades fora do núcleo metropolitano. Deste modo:

[...] a centralidade surge como resposta espacial da dicotomia centro-periferia da qual a presente combinação concentração e descentralização alteram o espaço urbano. Deste modo, nesta dicotomia centro-periferia, a centralidade constitui-se na superação de modo a relativizar esta relação, e justamente nesta perspectiva ocorrem as alterações espaciais na configuração de novas centralidades. (SANTOS E JUNIOR, 2009, p. 03).

Centralidades periféricas não são necessariamente uma novidade recente. Edward Soja já havia nos alertado para o fato de que:

[...] as dinâmicas do desenvolvimento metropolitano já não são, hoje, tão decididamente monocêntricas, tão determinadas por um modelo singularmente polarizado de forças centrífugas e centrípedas, por um padrão de crescimento urbano que gira em torno do centro definitivo da cidade. (1993, p. 154).

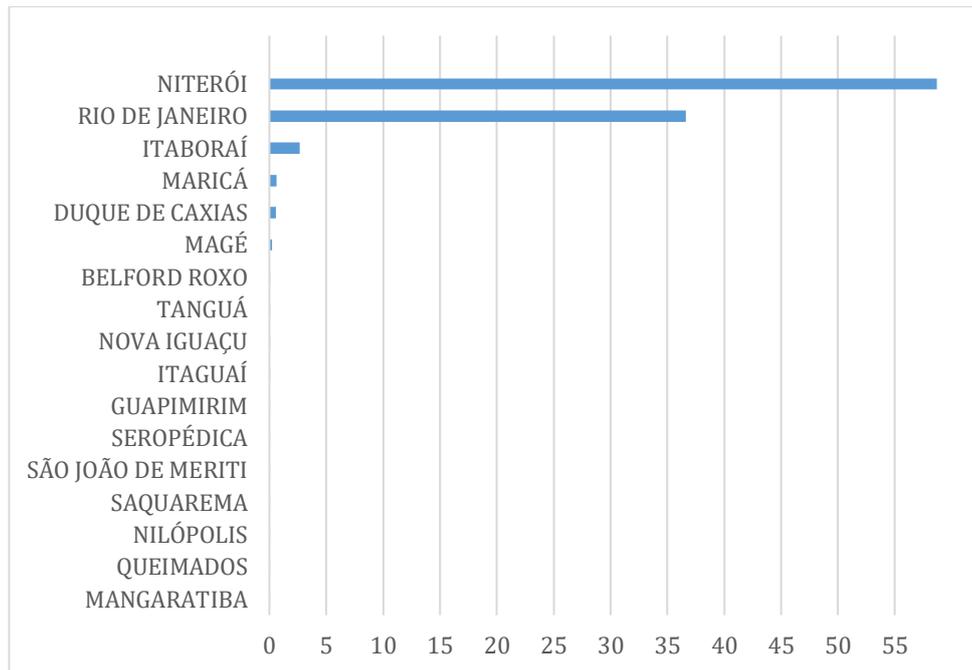
Uma questão relevante que se apresenta então, seria investigar como estas cidades terciárias, periféricas e de grande aglomeração consolidam-se como centralidades no âmbito metropolitano. Um dado relevante neste caso é a mudança dos fluxos pendulares.

Desde os anos 1980<sup>3</sup>, São Gonçalo apresenta uma tendência de diminuição do percentual de trabalhadores que se deslocam para fins de estudo e trabalho. No entanto, nos anos 2000, figurar como a cidade que possuía o maior movimento pendular entre as cidades brasileiras<sup>4</sup>, o que foi lido não apenas como ausência de centralidades, mas também como uma prova incontestada de que haveria ali uma relação centro dinâmico versus periferia estagnada.

Gráfico 1: Arranjo Populacional Rio de Janeiro. Principais fluxos pendulares que tem São Gonçalo como destino. (2010)

<sup>3</sup> Em 1980, 18,59% dos residentes realizavam movimento pendular. Nos anos 2000 há uma discreta queda, para 16,76% de residentes saindo diariamente para trabalhar ou estudar. Para este ano, 46,5 % da população total (415.139) realizavam suas atividades de trabalho e estudo na própria cidade. Fonte: IBGE, Censos demográficos e Rosa (2018).

<sup>4</sup> De acordo com o censo demográfico do ano 2000, 135.329 pessoas saíam diariamente de São Gonçalo para estudar e/ou trabalhar nas cidades tendo como destino as cidades de Niterói e Rio de Janeiro.



Fonte: IBGE, 2015. Organizado pelo autor<sup>5</sup>.

O gráfico 1 ajuda a desmontar esta visão e aponta para a complexidade destas grandes aglomerações periféricas. Como efeito, priorizar o movimento pendular não reforça a ideia de vazio homogêneo, uma vez que levantamentos recentes como o exemplo acima ratificam a ideia de que grandes aglomerações periféricas não são apenas emissoras de mão-de-obra, mas também retêm parte da sua força de trabalho, receber deslocamentos emitidos por outras cidades periféricas.

A questão adjacente ao debate sobre os fluxos seria a natureza dos mesmos. Nestas cidades, quais são os elementos de atração e convergência de pessoas que as fazem circular entre as periferias?

Esta é a resposta que pode ser oferecida pela identificação de centralidades que, por sua vez, tem apontado para o consumo de bens e serviços como justificativa para que cidades periféricas a exemplo de São Gonçalo sejam atualmente grandes receptoras de movimento pendular. O consumo se apropria das possibilidades de localização privilegiada no entorno de grandes aglomerações, ao mesmo tempo que ele é em si mesmo, gerador de centralidades, lembrando que a centralidade, neste caso, pode ser gerada por um único fixo ou pelo conjunto de equipamentos de consumo especializados de forma concentrada na cidade e é neste sentido que o consumo enquanto atividade da economia urbana nos oferece alguns apontamentos.

<sup>5</sup> Os números na coluna horizontal da tabela correspondem ao total de pessoas que se deslocam mensalmente para outros municípios (x 1000).

#### **4. O CONSUMO E SUA RELAÇÃO COM A CENTRALIDADE**

Como nos explica Milton Santos (2008), o consumo varia em quantidade, qualidade e frequência. São estas variantes que terminam por definir a presença e a intensidade das centralidades periféricas. Neste caso, “o consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio, pois a capacidade de consumir não é a mesma qualitativa e quantitativamente” (SANTOS, 2004, p. 21), o que significa identificar o papel do consumo na vida de relações da cidade.

A ideologia do consumo ao qual se referiram Santos e Silveira (2001), (SANTOS e SILVEIRA, 2001) passa a orientar a política, a economia, a sociedade, mas são também grandes reguladores da vida cotidiana. Daí Richard Sennet (2011) e Zygmunt Bauman (2001) dedicarem-se a entender as razões pelo qual o consumo é um dos grandes elementos da sociedade contemporânea. Bauman denuncia que “[...] o código em que nossa política está escrita deriva da pragmática do comprar” (2001, p.86). Além disso, Milton Santos (1987) já havia anteriormente, chamado atenção para as armadilhas de se confundir consumo com cidadania, ao mostrar que o indivíduo seria o inimigo do cidadão, na medida em que o primeiro, busca suprir suas aspirações e necessidades pessoais em detrimento de ações que construam melhorias coletivas. De fato, as ampliações das centralidades periféricas passam pelas práticas de consumo. Não por acaso, desde os anos 2000 a periferia começa a receber shopping centers, que por sua vez organizam de forma convergente serviços bancários, médicos, redes de varejo, além de oferecer algum entretenimento.

Foto 1: São Gonçalo Shopping Rio. BR-101 em 2004.



Foto do autor. 10/2004.

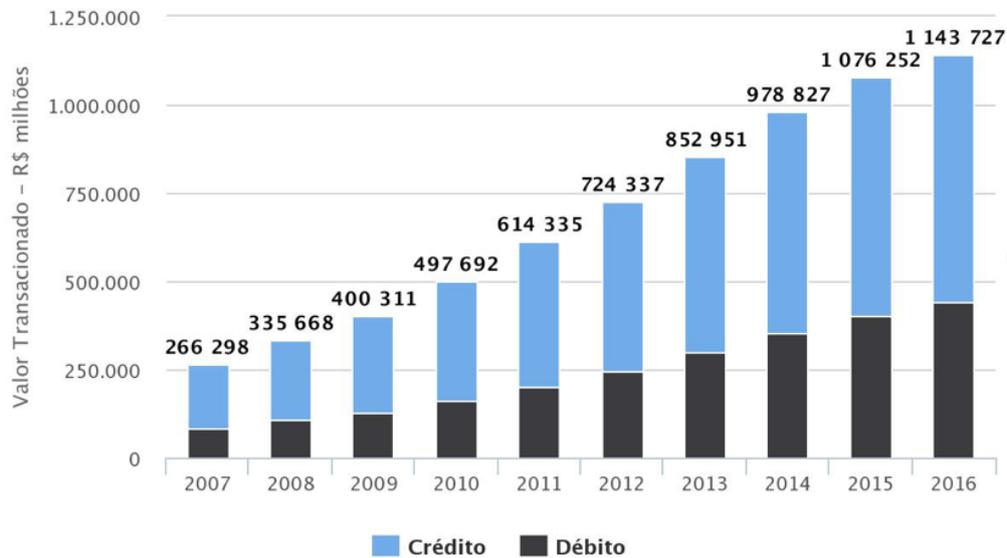
É a convergência que faz do shopping uma centralidade. A novidade no caso é que São Gonçalo recebe o seu primeiro shopping em 2004: o São Gonçalo Shopping Rio. Em 2010 recebe o segundo, chamado Boulevard Shopping e em 2013 é inaugurado o Pátio Alcântara, terceiro shopping center na segunda maior aglomeração urbana da região metropolitana fluminense.

Maria Laura Silveira nos lembra da relação entre os dois circuitos da economia urbana com as atividades de consumo. Nas palavras da autora:

Nos dias de hoje, existe uma oferta extraordinária de crédito de instituições financeiras bancárias e não-bancárias, redes, franquias e outlet de eletrodomésticos, roupas e materiais de construção. Uma profusão de formas de crédito pessoal favorece o aumento do consumo[...] (2009, p. 65).

Corroborando a assertiva da autora, vemos que o período de inauguração destes estabelecimentos coincide (intencionalmente) com a evolução do mercado de crédito no país.

Gráfico 2: Evolução do mercado de crédito e débito em valor das transações **no Brasil** (2007- 2016)



Fonte: Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS, 2017).

A intensificação não apenas da capilaridade bancária, mas também de outros elementos produzidos a partir do circuito superior nas grandes periferias ampliam as relações de consumo, aceleram a circulação e, conseqüentemente, acelera a circulação que consolida centralidades.

Para além do consumo de bens duráveis, imóveis ou automóveis, o crédito pessoal é uma modalidade de financiamento que capta indivíduos que antes circundavam à margem do sistema bancário. Tal proposta permitiu ao capital maximizar e extrair mais valia de uma economia cujas trocas realizadas no circuito inferior faziam escapar das grandes corporações valores gerados com o consumo cotidiano.

Listada como uma das principais centralidades da cidade, o bairro Alcântara é um antigo entroncamento viário entre uma extinta linha de trem e o terminal rodoviário cujas linhas interligam outros municípios periféricos como Rio Bonito, Magé, Maricá, Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Esta característica de intensa circulação fez do bairro um destacado lócus de comércio popular frequentado por munícipes de outras periferias.

Outro marco da expansão do consumo na cidade foi a inauguração de duas unidades de grandes redes de supermercados: Guanabara em 2012 e Atacação em 2017. Não é possível ignorar também que o consumo cotidiano é impulsionado pelas transferências diretas ao cidadão recebidas por estas grandes aglomerações. Como no exemplo da tabela abaixo:

Tabela 2: Transferências diretas ao cidadão (Programa Bolsa Família) entre 2015-2018.

Município	Ano			
	2015	2016	2017	2018
Duque de Caxias	R\$109.072.596,00	R\$97.616.398,00	R\$87.248.070,00	R\$92.106.638,00
Nova Iguaçu	R\$126.931.954,00	R\$118.881.156,00	R\$116.192.801,00	R\$135.434.077,00
São Gonçalo	R\$125.608.334,00	R\$130.037.585,00	R\$126.668.026,00	R\$134.519.365,00

Fonte: Portal Transparência (2019). Organizado pelo autor.

A tabela mostra os valores do Programa Bolsa Família transferidos diretamente aos cidadãos destas três grandes periferias. São milhões de reais que alimentam sobretudo o consumo cotidiano na compra de gêneros alimentícios, gás, medicamentos ou somam-se para o pagamento de dívidas. Se o número é organizado por bancos de dados, o destino do dinheiro é de mais difícil apreensão. Ao acionar então o cotidiano como docente em escolas públicas. É de entrevistas informais com pais de alunos e com outros colegas docentes que inferimos o destino dado aos recursos recebidos, geralmente no comércio local ou nas centralidades, pois estas conjugam agências bancárias (necessárias ao saque dos recursos) e maior oferta de bens que podem ser facilmente adquiridos, seja nas redes varejistas ou no comércio informal.

Aliás, é importante identificar que, cada vez mais nas grandes periferias, mesmo no comércio popular, o circuito superior se faz presente, não se restringindo apenas ao fornecimento de crédito ou na expansão física da rede bancária. Circular pelas periferias, principalmente nos grandes entroncamentos, mostra que é cada vez mais comum o uso de terminais de débito, empregados por pequenos comerciantes e mesmo por vendedores ambulantes. Enquanto as redes atacadistas buscam oferecer também produtos financeiros, empresas de grande capital tecnológico investem na capilaridade de seus produtos tornando seu uso disseminado, mesmo no comércio informal. É cada vez menos incomum ver bancas de jornais, padarias, salões de beleza, pequenas oficinas ou ambulantes utilizarem terminais de débito Paguepuro, Cielo, Rede, Santander, IZettle

e Rede Brasil<sup>6</sup>, que tem suas sedes nas seguintes cidades: São Paulo (Faria Lima) no caso da PagSeguro, Barueri (Alphaville industrial) para Cielo, Barueri (Avenida Marcos Pentead) para Rede, Porto Alegre (Bairro São Geraldo) para o terminal Santander, São Paulo (Vila Olímpia) para Sede Brasil e Estocolmo (Suécia), no caso do terminal da marca Izzettle.

A relação entre circuito superior e inferior nestas centralidades periféricas ainda precisa ser mais ou melhor estudada. O caso dos terminais de débito é resultado da expansão das redes de telecomunicações, na medida em que precisam de conexão móvel e rápida transmissão de dados. Se por um lado há grande densidade tecnológica nas sedes destas empresas, a modernização de fixos e de redes de comunicação opera a ligação entre o circuito inferior e superior.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos que mesmo se tratando da periferia metropolitana, a ligação entre o circuito superior e o inferior se limita apenas à expansão da atividade bancária, do crédito ou das grandes concentrações que criam as centralidades a partir do consumo.

É preciso aprofundar como os habitantes periféricos tem se apropriado das redes técnicas como estratégias de consumo cotidiano ou de sobrevivência, a exemplo do crescente uso de aplicativos que fazem a intermediação entre consumidores e a oferta de serviços, sobretudo; no caso das grandes periferias àqueles ligados mais comumente à alimentação. Neste contexto, muitos trabalhadores informais e também desempregados tem migrado para estas atividades, o que só é possível atualmente pelo fato destas periferias apresentarem grande potencial pelo volume da aglomeração e também pela sua modernização técnica.

### Referências

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CARLOS, A.F.A. **O consumo do espaço**. In: Novos caminhos da Geografia, São Paulo: Editora Contexto, 1999.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Paz e Terra S.A, 1983.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice Hall, 1933.

---

<sup>6</sup> O endereço das sedes das empresas foi identificado mediante consulta do contrato de aquisição dos respectivos terminais de débito.

CONTEL, F. B. **Território e Finanças: Técnicas, Normas e Topologias Bancárias No Brasil.** Tese de Doutorado. FFLCH-USP, São Paulo, 2006.

LAGO, L. C. **O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a “periferia” que virou “centro”.** ABEP. Caxambu, 2008.

\_\_\_\_\_. **Olhares sobre a Metrópole do Rio de Janeiro: Economia, Sociedade e Território.** 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

LENCIONI, Sandra. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano.** GEOUSP Espaço E Tempo (Online), (24), 109-123. 2008.

MONTENEGRO, Marina Regitz . **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém.** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

OJIMA, Ricardo, et al. **Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais.** XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú, 2008.

PALMIER, L. **São Gonçalo cinquentenário: história, geografia e estatística.** Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

RIBEIRO, A. C. T. **Territórios da sociedade. Por uma cartografia da ação.** In: Silva (org) Território e ação social: sentidos da apropriação urbana. Lamparina, Rio de Janeiro. 2011.

REYNAUD, Alain. **Société, espace et justice.** Paris, PUF, 1981.

ROSA, Daniel Pereira. **De cidade – dormitório à centralidade da grande cidade periférica: trabalho, consumo e vida de relações de São Gonçalo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ).** Tese de doutorado. FFLCH. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro. Francisco Alves Editora. 1979.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira.** 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manual de geografia urbana.** São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS , E. C. B. e JÚNIOR, W. M. L. **Centralidades na perspectiva da relação centro-periferia.** Sociedade & Natureza, Uberlândia, 21 (3): 351-359, dez. 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.

SENNET, R. **A cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SILVEIRA, Maria Laura. **UM país, uma região. Fim de século e modernidades na Argentina**. FAPESP, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas**. Cuadernos del Cendes. 2004.

\_\_\_\_\_. **Finanças, Consumo e Circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo**. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009.

\_\_\_\_\_. **Circuitos de la economía urbana** (org). Ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo. Buenos Aires, Café de las ciudades, 2016.

SINGER, P. **A economia dos serviços**. Estudos CEBRAP. São Paulo ; CEBRAP, n.24, p. 127-135, 1979. Disponível em [http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca\\_virtual/a\\_economia\\_dos\\_servicos.pdf](http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_economia_dos_servicos.pdf)

SOBRAL, B. L. B. **Ciclo de investimentos e o papel das estratégias de grandes agentes econômicos: O caso da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 1995- 2010**. Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado, 2012.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**. Zahar, São Paulo, 1993.

WEINBERGER, David. **A nova desordem digital: os novos princípios que estão reinventando negócios, a educação, a política, a ciência e a cultura**. Campus Editora. Rio de Janeiro, 2007.

TAVARES, A. M. P. C. **Centralidades Periféricas**. Revista Iberoamericana de Urbanismo, nº10, 2013.